



Empresa Borregaard: vilã amb

POR HANS-JURGEN KLEINE

Trabalhou na empresa Borregaard entre 1971 e 1975, ocupando os cargos de supervisor do setor de Secagem e Enfardamento da Celulose e de supervisor do Laboratório Químico.
E-mail: hjkleine@floripa.com.br

Quem hoje atua em nosso setor produtivo de celulose e papel sabe que ele experimentou uma fantástica evolução. Em apenas cinco décadas, nosso País, que era importador de celulose, transformou-se no maior exportador mundial desta *commodity*. O feito é ainda mais excepcional pelo fato de se tratar de celulose de eucalipto, uma fibra totalmente desconhecida no mercado internacional até a década de 1970.

Nesse curto espaço de tempo, nossa celulose saiu do anonimato para ser um enorme sucesso comercial. Tanto que está provocando inclusive o fechamento de fábricas menos competitivas nos países tradicionais do Hemisfério Norte, devido à boa qualidade e ao baixo custo de produção. Este artigo destaca o papel desempenhado pela empresa norueguesa Borregaard, que durante sua breve

permanência no Brasil, entre 1963 e 1975, implantou uma fábrica de celulose em Guaíba-RS, que revolucionou nosso setor de celulose e papel.

Ela foi pioneira em produzir celulose solúvel na América Latina e continua sendo a única a produzir esse tipo de celulose em digestor contínuo. Foi também a primeira a usar medidores contínuos das emanações de suas chaminés. Porém, acima de tudo, esta empresa representou o primeiro projeto *greenfield* de grande porte no Hemisfério Sul e também a primeira empresa que introduziu a celulose brasileira na Europa. O mérito de ser a primeira empresa do mundo a fabricar celulose de eucalipto foi da Suzano, na década de 1950, sendo logo imitada por outras empresas que operavam no mercado interno e latino-americano.

Mas nenhuma delas tentava conquistar os mercados da

BORREGAARD EM HISTÓRIA



Resumo da notícia

Instalada em 1972 em Guaíba, a indústria de celulose Borregaard emita um forte odor que atingiu também Porto Alegre. Alguns descrevem o cheiro como o de um ovo podre; outros, como de repolho estragado. Afetava a saúde: a população se queixava de bronquite, irritação na garganta, falta de ar e indisposição. Bastou para o governador Eváldez Traves fechar a Borregaard. O equipamento instalado para eliminar 90% dos odores não funcionava.



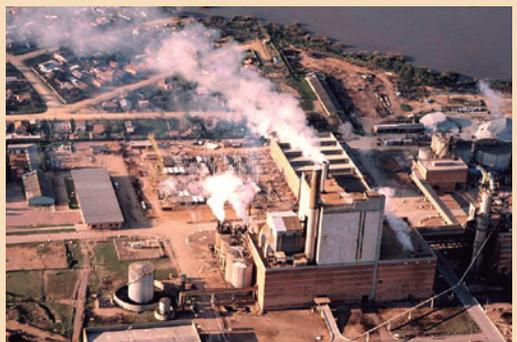
iental ou memorável pioneira?

Europa e da América do Norte. Então, na década seguinte, surgiu o interesse da Borregaard em importar madeira do Brasil para abastecer suas fábricas de papel e de rayon, situadas na cidade de Sarpsborg/Noruega, e destinar a celulose excedente ao mercado europeu. A empresa decidiu se instalar no Rio Grande do Sul, onde sobrava madeira de Acácia, em função da indústria do tanino, que apenas o extraía da casca, sem aproveitar a madeira.

O objetivo da empresa era o de importar a madeira em forma de cavacos, porém o governo militar brasileiro da época exigiu que o projeto incluísse pelo menos a etapa industrial de fabricação de celulose, oferecendo em contrapartida um financiamento através do recém-fundado Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), o atual BNDES. A empresa de Engenharia contratada foi a finlandesa

Jaako Pöyry – hoje mundialmente conhecida –, que desde então passou a liderar o setor de consultoria de celulose e papel em nosso País. Como local da fábrica, ela escolheu o município de Guaíba-RS para facilitar o transporte naval da Lagoa dos Patos até um grande depósito de celulose no porto de Rio Grande.

O projeto previa também a construção de um navio, especializado no transporte marítimo dos fardos de celulose entre o Brasil e a Noruega, com dedicação exclusiva à Borregaard. Foi acordado que a celulose seria branqueada na Noruega, antes de chegar às máquinas de papel na Europa. Pelo acordo assinado entre os dois países, em 1963, o Brasil passaria a exportar celulose para o exigente mercado europeu. Grandes áreas de terra foram compradas em Guaíba e nos municípios próximos, destinadas ao





plantio de eucalipto. O projeto da fábrica veio pronto da Finlândia, e a obra iniciou em 1970, gerenciada por uma equipe de técnicos da Jaako Pöyry, da Borregaard e das empresas fornecedoras de equipamentos.

Os futuros gerentes e supervisores brasileiros da fábrica foram treinados em diversos países europeus. A língua oficial na fábrica entre as chefias foi o Inglês, durante todo o período sob a administração norueguesa, incluindo reuniões, relatórios e outros documentos técnicos. A empresa previu a necessidade de treinar um grande número de técnicos de nível médio, recém-formados nas escolas, por falta de técnicos experientes nesse tipo de indústria na região. Eles receberam treinamento teórico e prático durante um ano antes do início das operações, que estava previsto para o final de 1971.

Os treinamentos práticos incluíram estágios rápidos em outras fábricas, no Brasil e na Europa. Quem ministrava os treinamentos aos técnicos eram seus futuros supervisores, que em parte aprendiam junto com eles, baseados em manuais elaborados pela Jaako Pöyry. Esse modelo de planejamento, com investimento maciço em formação de técnicos de nível médio, era algo inédito no setor de celulose e papel nacional e foi um grande sucesso, mesmo considerando que muitos dos treinados migraram para outras empresas.

A grande e moderna fábrica da Indústria de Celulose Borregaard S.A. foi inaugurada festivamente no dia 16 de março de 1972, após dois meses e meio de testes operacionais. Naquela época, as demais fábricas de celulose e papel existentes no Brasil eram tecnologicamente defasadas em relação às da Europa e dos Estados Unidos. Apenas uma fábrica nacional tinha digestor contínuo, poucas tinham caldeira de recuperação e a maioria sequer tratava os efluentes.

Os técnicos mais graduados eram treinados no exterior e entre os trabalhadores em geral o nível de escolaridade era apenas o primário. A poluição causada pelas fábricas era grande, para os padrões de hoje, o que era pouco percebido pela população em geral, já que as fábricas quase sempre estavam localizadas em pequenos municípios do interior. Quem mais sofria com as emissões eram pessoas muito dependentes dos benefícios gerados por elas, na forma de empregos, comércio e impostos.

O Brasil vivia uma fase de rápido desenvolvimento econômico, conhecido como “o milagre brasileiro” e a questão dos impactos ambientais ainda era um tabu, por falta de leis ambientais. Nesse cenário típico de país subdesenvolvido, o pro-

jeto da Borregaard, de instalar uma fábrica de celulose moderna, com capacidade de produzir 750 toneladas de celulose por dia em uma única linha de produção, isto é, três vezes maior do que a capacidade média das fábricas da época, deve ter representado o sonho de muito empresário nacional.

A fábrica de Guaíba representava um enorme avanço tecnológico por ser a primeira fábrica brasileira de celulose que já nascia grande. Os principais equipamentos foram importados dos países mais desenvolvidos, representando as melhores tecnologias disponíveis, com elevado grau de automação e sofisticados controles operacionais. O modelo foi copiado pelas fábricas de celulose e papel brasileiras que surgiram depois. No entanto, após a euforia inicial, o projeto começou a mostrar algumas falhas graves, que na visão de hoje poderiam ter sido previstos e evitados.

A primeira tinha a ver com a madeira de Acácia negra, cujo preço chegou a aumentar 700% antes mesmo da inauguração! E o motivo foi justamente o início de seu consumo industrial. O problema foi contornado aos poucos, com a decisão de usar também madeira de eucalipto de terceiros, sem prejuízo para a qualidade da celulose, mas com maior custo de transporte. Já a segunda falha foi bem mais grave e só foi percebida depois da entrada em operação dos equipamentos. Era a poluição do ar e da água, causada pela inexistência de equipamentos adequados de controle das emissões líquidas e gasosas do processo industrial.

O que mais irritou a população foi o cheiro desagradável de enxofre, que era percebido em Guaíba e Porto Alegre, além de impregnar as roupas de quem trabalhava na fábrica. Menos evidente era a cor escura dos efluentes líquidos, que eram lançados no Lago Guaíba sem nenhum tratamento. A imprensa local e, principalmente o protesto veemente da Agapan, entidade ecologista gaúcha, acabaram obrigando o Governo do Estado a exigir a instalação de equipamentos de prevenção e controle ambiental. Foi fixado o prazo de 12 meses para que o problema fosse sanado, mesmo não havendo uma legislação específica para isso.

A Agapan havia sido fundada poucos anos antes pelo desconhecido agrônomo e ativista José Lutzenberger, futuro ministro do meio ambiente do Governo Collor. A Assembleia Legislativa também entrou no caso Borregaard e chegou a instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, já que a imprensa repercutia o assunto diariamente. Em vista dessas pressões, a empresa instalou um pioneiro sistema de oxidação do licor preto, dentro do prazo fixado, o

que amenizou, mas não eliminou o incômodo cheiro. Por isso, em dezembro de 1973 o governador gaúcho Euclides Triches decidiu paralisar as atividades da fábrica, enviando seu Secretário da Saúde Jair Soares para executar a decisão.

A repercussão do fechamento foi enorme e serviu como uma espécie de trégua na guerra em que o caso se transformara. Os funcionários da empresa passaram a viver um período de incerteza sobre o futuro de seus empregos, embora os salários continuassem a ser pagos normalmente. O Governo Federal acabou assumindo sua responsabilidade por ter se tornado acionista da empresa. O empréstimo inicialmente concedido pelo BNDE havia sido posteriormente convertido em ações.

Durante essa parada forçada pairava um silêncio absoluto sobre como seria solucionado o caso, o que não surpreende, quando se recorda que o País era governado por um regime militar no auge de seu poder de repressão. Após três longos meses, foi anunciado que a Borregaard teria como sócio o Montepio da Família Militar, voltando a operar normalmente. Dois meses depois, em maio de 1974, o general da reserva Breno Borges Fortes, ex-comandante do IIIº Exército sediado em Porto Alegre, foi eleito diretor-presidente da empresa, que mudava de nome para Riocell S. A. – Companhia de Celulose do Sul. Um ano depois os noruegueses se afastaram da empresa, vendendo suas ações ao recém-criado Consórcio KIV, formado pelas empresas nacionais Klabin, Iochpe e Votorantim. Coisa de regime militar!

Com a saída dos noruegueses, ficou aparente o quanto a empresa estava dependente de continuar vendendo sua produção para a Borregaard da Noruega, por falta de uma instalação de branqueamento da celulose, etapa que permitiria sua entrada no mercado internacional. A nova direção da empresa fez grandes investimentos adicionais para solucionar o problema, bem como para instalar os mais sofisticados sistemas de tratamento dos efluentes líquidos e gasosos.

O desagradável cheiro ficou restrito aos limites da fábrica, e os efluentes líquidos eram submetidos a um completo sistema de tratamento biológico de nível terciário, entre muitas outras melhorias ambientais. Para demonstrar ao público a mudança de atitude da nova diretoria, o próprio José Lutzenberger foi posteriormente contratado para um serviço de paisagismo nas cercanias da fábrica e também para implantar o reaproveitamento rotineiro de todos os resíduos sólidos industriais. Com isso, a Riocell tornou-se, em

poucos anos, uma referência nacional em cuidados ambientais, revertendo completamente sua imagem pública e a forma de interagir com a sociedade. E essa boa imagem continua até os dias atuais, apesar de a fábrica ter mudado ainda outras vezes de dono e de ter ampliada sua capacidade de produção em 400%, fazendo agora parte da empresa chilena CMPC.

O nome Borregaard permaneceu na região por bastante tempo e continua manchado até os dias atuais. Talvez esteja na hora de rever isso, meio século depois, e reconhecer, apesar de tudo, o legado positivo que a empresa deixou em sua breve passagem pelo Brasil. Afinal, ela modernizou o setor de celulose e papel no Brasil e até mesmo o seu grande erro na área ambiental deu impulso a uma nova postura mais proativa, que se refletiu sobre o setor inteiro.

A sociedade brasileira também evoluiu, dando mais importância para os problemas ambientais, criando ainda na década de 1970 uma legislação abrangente e órgãos de controle ambiental como o Ibama, a Cetesb em São Paulo e diversos outros na maioria dos estados. O Brasil passou a adotar as práticas de preservação ambiental dos países mais avançados. Muitas novas fábricas de celulose surgiram nos anos seguintes, que se beneficiaram dos erros e acertos da Borregaard de muitas formas, como: Jari Celulose, Cenibra, Aracruz, Veracel, Votorantim, entre outras. A capacidade diária de produção dos novos projetos aumentou gradativamente, chegando a superar atualmente cinco mil toneladas por dia ou sete vezes a capacidade original da Borregaard, porém, seu modelo de planejamento modular tornou-se um padrão do setor e contribuiu para colocar o Brasil na posição de liderança no mercado internacional de celulose.

Diante de tudo, este artigo procura fazer justiça à empresa norueguesa e ao mesmo tempo alertar sobre a passagem dos 50 anos da inauguração de sua fábrica em Guaíba, que vai acontecer no dia 16 de março de 2022. Será um momento oportuno para homenagear também seus ex-dirigentes, como os diretores Sieghard Luger e Aldo Sani, já falecidos, o gerente da fábrica Per Haugen, o gerente florestal Geraldo Spelz e seus inúmeros colaboradores, muitos dos quais assumiram novos desafios em outras empresas e levaram as boas práticas adquiridas para todas as regiões do Brasil e até para países vizinhos. A matriz da Borregaard na Noruega teve de se reinventar, sendo hoje uma empresa de produtos químicos especiais derivados da madeira. ■